

Tema Central



PAÍS DO CARNAVAL! PAÍS DO CARNAVAL? (UMA APRESENTAÇÃO ALENTADA AO DOSSIÊ: CARNAVAIS & ORGANIZAÇÕES)

Por Bernardo Borges Buarque de Hollanda*

A ordem na desordem?

– É um lema nacional.

João do Rio

*Era terça-feira gorda. A multidão inumerável
burburinhava. Entre clangôres de fanfarra
passavam préstitos apoteóticos.*

*Eram alegorias ingênuas ao gosto popular,
em cores cruas.*

Manuel Bandeira

Só me senti brasileiro duas vezes.

Uma, no carnaval, quando sambei na rua.

Outra, quando surrei Julie, depois que ela me traiu.

Jorge Amado

O presente Dossiê teve por inspiração dois números anteriores publicados na Revista *Organizações & Sociedade*. Segundo consta nos arquivos da revista, foram os dois que apareceram com destaque nominal entre as diversas edições temáticas publicadas, no curso dos vinte anos de existência do periódico. Ambos os documentos situam-se na fronteira das Ciências Sociais com a Administração e foram a razão de ser para nossa aproximação com *O&S*. São eles a edição 52, dedicada a Alberto Guerreiro Ramos (2010), e a de número 48, intitulada “Futebol, Organizações e Sociedade” (2009).

O primeiro, organizado por Fernando Guilherme Tenório, tratou de uma das personalidades mais inquietantes da história da sociologia brasileira, cujo aporte teórico irrigou o campo das Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e, até mesmo, da Filosofia. Em “mangas de camisa”, em combate à “sociologia enlatada”, Guerreiro Ramos trouxe questionamentos ao *modus faciendi* da prática científica nacional, com uma radicalidade poucas vezes antes vista.

O segundo, editado por José Antônio Gomes de Pinho e Sandro Cabral, foi inspirador em função dos inumeráveis traços-de-união entre os universos do futebol e da música popular no Brasil. Embora hoje um tanto estereotipados, os elos de futebol e carnaval remontam às origens europeias comuns e, sobretudo, à mesma capacidade de metamorfosear-se em essência nacional, graças à influência africana de, acordo com o discurso nativo.

Diante desses dois números instigantes, a ideia então, levada ao editor da Revista, sugeria uma espécie de continuidade à reflexão encetada por aquele dossiê de 2009, consagrado ao futebol, e pelo de 2010, dedicado ao sociólogo baiano.

O objetivo proposto foi o de reconhecer o carnaval como um megaevento e como um meganegócio contemporâneo, cujo potencial reflexivo cada vez mais demanda à Academia. Isto se evidencia quer seja por sua condição de tradicional evento festivo, cuja feição espetacular se construiu ao longo do século XX, quer seja por seu complexo organizacional, mais e mais intrincado entre as suas partes constitutivas.

Esse último elemento pode ser assim considerado por razões internas, próprias do crescimento das agremiações populares carnavalescas no último quartel do século

* Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Professor-Pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV, São Paulo/SP/Brasil. Endereço: Av. Paulista, n. 1.471, 1º andar, Bela Vista. São Paulo/SP. E-mail: Bernardobuarque@gmail.com

XX – dos grêmios recreativos comunitários às “super escolas de samba S.A.” – e por razões externas, que implicaram na necessidade de uma forçosa mediação entre as prefeituras das grandes cidades, as empresas patrocinadoras e os agentes da sociedade civil.

Seria redundante, mas não menos oportuno, acrescentar a tal cenário o fator e o efeito midiático do agigantamento do carnaval, decorrente das transformações por que tem passado o festejo e das relações que a produção da folia estabeleceu, nos últimos anos, com os meios de comunicação, em particular, com as cotas de patrocínio de determinadas emissoras de televisão.

Nesse sentido, o fenômeno do carnaval se afigura de especial importância não apenas para o entendimento das interações entre Estado, mercado e sociedade, como também para apontar os nexos que articulam a cultura e a política, a mídia e o poder público, o lúdico e o comercial, a indústria cultural e a arte popular, o turismo e o patrimônio cultural, numa palavra, o público e o privado no Brasil de hoje.

Face ao desafio, e uma vez acolhida a proposta do dossiê junto ao editor de *O&S*, em novembro de 2011, foi feita uma chamada pública de recebimento de trabalhos para a temática assinalada, com prazo de entrega estendido até junho de 2012. Desde então, após uma série de etapas seletivas no correr do ano passado, o editor e o organizador chegaram à seleção dos quatro artigos que compõem a unidade de textos abaixo.

Enfeixados a seguir, os artigos de *Carnavais & Organizações* procuram descrever e analisar os desafios colocados a administradores, a economistas e a cientistas sociais. Vale dizer que as diferentes questões levantadas pelas três cidades aqui tomadas como estudos de caso comprovam a capacidade de responder à complexidade do folguedo popular na atualidade. Os artigos que seguem permitem, ainda, a identificação das novas bases de uma sociedade tão vertiginosamente urbanizada e conflitada, mas cuja pujança econômica vem se afirmando nas últimas décadas.

Em face da nova configuração que atravessam, pois, o país e o carnaval, quais contribuições aos estudos sociais e organizacionais trazem os autores deste número? Como situá-los em meio à crescente, instigante e já estruturada produção universitária sobre o tema?

Para que se percebam as contribuições teóricas e empíricas em evidência nos textos do presente dossiê, é preciso, antes de tudo, tecer algumas considerações sobre o próprio campo de produção mais canônico relativo ao assunto. No caso em questão, a Antropologia que versa sobre os rituais carnavalescos é uma das mais férteis e destacadas.

Se não cabe aqui um balanço bibliográfico exaustivo, convém ao menos perguntar: qual é o estado da arte, que discussões a área mobiliza e como a mesma vem se estruturando nos últimos decênios?

Como se sabe, é sempre arbitrária a proposição de um *marco zero*, com a fixação de um ano ou de um “herói” fundador para os estudos acadêmicos acerca de qualquer assunto. Ainda assim, pelo seu caráter emblemático, é válido estipular o ano de 1973 e o nome de Roberto DaMatta como referências inaugurais para o que se almeja aqui tratar.

Em 1973, há exatos quarenta anos, portanto, o antropólogo DaMatta publicava o embrião do que viria a ser a sua perene teoria estruturalista aplicada à decifração do carnaval. A aposta combinava a melhor tradição ensaísta nacional dos anos 1930 com a mais rigorosa Antropologia Social franco-britânica da segunda metade do século XX.

Ainda que a obra capital só viesse a ser lançada em 1979, com o aparecimento de *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, é em princípios dos anos 1970 que DaMatta formula, no interior da sua passagem da antropologia indígena à nascente antropologia urbana, uma visão processual e ritualizada sobre o significado do carnaval para a explicação do Brasil.

Na tangente das explicações dominantes da macroeconomia e da macrosociologia, tratava-se à época de uma proposta que procurava ser nem normativa nem institucional, a fim de penetrar em dimensões cotidianas da realidade brasileira, até então consideradas periféricas ou irrelevantes como objeto de estudo. Tratar a brincadeira de forma séria, eis o mote para a nova abordagem proposta.

Com esse *tour de force*, o antropólogo propunha uma análise inusitada do que denomina a *communitas* nacional. O mito era capaz de revelar os mecanismos de inversão do mundo ordinário do dia a dia, quando a rotina cedia a vez ao rito. Os rituais eram entendidos como “portas de entrada privilegiadas para a compreensão das sociedades humanas” (GONÇALVES; CAVALCANTI, 2010, p. 268) ou como “um plano da ação coletiva onde se encontrariam dramatizados os valores centrais e duradouros da vida social” (CAVALCANTI, 2011, p.87).

Em meio a rituais que iam das paradas militares às procissões religiosas, o carnaval era eleito à condição de rito nacional por excelência. Ele se dava a conhecer excepcionalmente a cada princípio do ano, entre o Advento e a Quaresma, do Sábado Gordo à Quarta-Feira de Cinzas, quando a alma podia, por assim dizer, se entregar à carne.

O autor inaugura assim, com *O carnaval como rito de passagem* (1973), ensaio de quase cinquenta páginas, um modo de apreender o fenômeno carnavalesco segundo premissas distintas. Estas superavam os aspectos anedóticos e pitorescos que sobressaíam dos relatos dos cronistas, jornalistas e folcloristas. Não que a contribuição destes fosse desprezível, muito ao contrário, haja vista as saborosas obras de histórias do carnaval legadas pela paraense Eneida de Moraes, pelo cearense Edgar de Alencar e pelo carioca Jota Efege, entre tantos outros, como o santista José Ramos Tinhorão.

O ponto é que, com DaMatta, uma reflexão mais densa, abstrata e metódica é principiada, com vistas a apreender as “invariantes estruturais do carnaval”, a ordem no caos e o tempo cósmico no espaço cíclico que o calendário cristão da festa instaurava.

Após a realização de observação participante nas ruas, nos salões, nos bailes e nas passarelas do Rio de Janeiro de princípios dos anos 1970, DaMatta valia-se das análises combinatórias do estruturalismo para ver na folia carnavalesca dramas de suspensão, neutralização ou inversão da ordem vigente. Por meio das letras das marchas carnavalescas, da apresentação das fantasias e dos comportamentos à primeira vista desregrados dos foliões, o antropólogo captava o sentido e o significado mais profundo do carnaval, para além do próprio evento.

O sistema dual montado por DaMatta propunha que a realidade brasileira é constituída pela díade estrutura-*communitas*. Estas expressam a antítese das modalidades verticais e horizontais de ser (igualdade *versus* hierarquia) e de se relacionar (indivíduo *versus* pessoa) no Brasil.

O país se mostrava de corpo inteiro, ainda que de cabeça para baixo, durante os dias de celebração momesca, ocasião de aparente liberdade e de desfazimento das oposições, quando o homem fazia as vezes de mulher, o pobre tornava-se nobre, o caxias travestia-se de malandro e a rua virava casa...

As questões damattianas interessavam-se, pois, primordialmente pelo simbólico. Neste nível do imaginário, era possível entender, de ponta-cabeça, o jogo das hierarquias sociais, políticas e econômicas na sociedade brasileira. Formuladas quarenta anos atrás, tais questões se sistematizaram em suas obras subseqüentes, de *Universo do carnaval: imagens e reflexões*, livro lançado em 1981, a *O poder mágico da música de carnaval: decifrando 'Mamãe eu quero'*, ensaio publicado originalmente em 1993.

Com *Carnavais, malandros e heróis*, essa descrição dos desfiles e das inversões proporcionadas pela festa urbana e pública é enquadrada em uma visão teórica mais abrangente acerca do dilema do Brasil. É Maria Laura Cavalcanti quem sintetiza, com acuidade, a perspectiva dilemática apresentada por DaMatta:

... trata-se de compreender a especificidade cultural e sociológica da participação de uma sociedade periférica num sistema mundial capitalista que tem como valor crítico a ideologia burguesa da democracia e dos direitos iguais. A tese central do livro é a da permanente tensão vivida na sociedade brasileira entre dois universos de valores opostos: o mundo holista e hierárquico regido pelo código da ‘patronagem’ e do ‘jeitinho’, e o mundo democrático e fragmentado, regido pelos valores individualistas. (CAVALCANTI, 2008, p. 88).

Na esteira dessa obra pioneira, uma série de monografias antropológicas foi desenvolvida. Elas detiveram-se em trabalhos de campo, com a abordagem etnográfica dos aspectos produtivos da festa, das atividades desenvolvidas ao longo do ano nos barracões e nas quadras, pela diretoria e pelas alas das associações carnavalescas, assim como, do seu clímax nos dias de cortejo na avenida.

A título de exemplo, dentre diversos trabalhos acadêmicos defendidos nos anos 1970, 1980 e 1990, poderíamos citar dois paradigmáticos: *O palácio do samba – estudo antropológico da Estação Primeira de Mangueira* (1975), de Maria Júlia Goldwasser, e *Carnaval carioca – dos bastidores ao desfile* (1994), de Maria Laura Viveiros de Castro, cuidadosa etnografia que alcançou a quarta edição em 2008.

Se não é o caso de atribuir uma filiação direta dos autores às proposições de Roberto DaMatta, boa parte dos trabalhos amparou-se nas lições e nos pressupostos da Antropologia Social de que foi difusor no Brasil, junto a Gilberto Velho e outras figuras do Museu Nacional (UFRJ). É possível, assim, referirmo-nos a um paradigma damattiano que influenciou, direta ou indiretamente, os estudos dedicados a carnaval nas ciências sociais brasileiras.

Afora essa linhagem, identifica-se uma outra visão produzida sobre o carnaval na Sociologia. Mais do que um contraponto, trata-se de uma tentativa de superar esse paradigma que colocava em polos antitéticos, porém complementares, o mundo festivo e o mundo cotidiano.

A brecha para a vertente diacrônica encontra-se no próprio DaMatta, que assim admitiu ao referir-se aos limites de sua obra: “O estudo do carnaval como montagem exclusivamente econômica e histórica é igualmente importante, mas isso não foi realizado aqui. Será, certamente, tarefa para historiadores, economistas ou sociólogos interessados na questão” (DAMATTA, 1997, p. 41).

A tentativa de superação do paradigma sincrônico damattiano será a tarefa a que se lança Maria Isaura Pereira de Queiroz, uma das primeiras egressas da floração de sociólogos formada pelos professores franceses da USP. Com a obra *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito* (1992), a apreensão sociológica do fenômeno carnavalesco procura ir além da exegese dos discursos míticos aplicados às sociedades contemporâneas.

Apesar da data da publicação, em princípio da década de 1990, o *corpus* documental fora publicado em congressos nos anos de 1984 e 1985, pouco tempo depois, portanto, do livro de DaMatta. Se o *locus* de observação é o mesmo – as escolas de samba e os bailes de carnaval do Rio de Janeiro – a primeira diferença se encontra na historicidade do carnaval apresentada por Pereira de Queiroz, que investiga as suas raízes ibéricas e mediterrânicas, a fim de vincular o entrudo português ao carnaval carioca e, por extensão, à celebração momesca no Brasil.

A segunda distinção é de ordem política e socioeconômica e toca na formação/evolução das associações civis carnavalescas, mas não deixa de explorar pontos delicados vivenciados pelas mesmas na década de 1980. A ingerência do jogo do bicho, por exemplo, é um dos aspectos explorados pela autora, especialista no tema do mandonismo, do messianismo e do poder local na história republicana brasileira.

No livro em questão, faz-se uma apreciação crítica da vinculação entre os bicheiros e as escolas de samba no Rio. A interpenetração da prática ilegal da jogatina – a proibição deste jogo de azar, junto ao fechamento dos cassinos do país, data da Constituição de 1946 – com as zonas de influência territorial dos grêmios carnavalescos no subúrbio e da Zona Norte carioca converte-se, segundo a autora, em micro-potentados no seio de uma grande metrópole e em uma especificidade do carnaval do Rio no decênio de 1980.

O terceiro e mais importante diferencial apontado pela discípula de Roger Bastide, estudioso francês do transe nas religiões afro-brasileiras, diz respeito ao dualismo de DaMatta frente à suposta capacidade transgressora e à concretização do ideal libertador-igualitário, paráfrase democrática prometida pelo carnaval.

Queiroz empreende um esforço intelectual na tentativa de ultrapassagem de teorias do carnaval que o concebem como uma reviravolta temporária das hierarquias. Tais suposições derivam de formulações acerca da essência da festa na sociedade ocidental, tal como definidas por uma longilínea tradição socioantropológica, de Émile Durkheim a Marcel Mauss, de Roger Callois a Arnold Van Gennep, de Mikhail Bakhtin a Peter Burke e, deste, a Julio Caro Baroja.

A contrapelo, a socióloga se ampara em uma tradição historiográfica francesa, que procura ir além do par compensatório lei-licenciosidade. Esta historiografia emerge nos anos 1970 e interessa-se pelo modo de realização efetiva da festa e pela posição dos participantes e dos grupos envolvidos na escala socioeconômica e política

da sociedade. É o caso do historiador Emmanuel Le Roy Ladurie, que investiga a sanguinolência de um violento carnaval ocorrido numa remota aldeia do Dauphiné, em 1580. Outro autor referencial é Jacques Heers, que estuda o carnaval no século XV e nele busca termos para uma análise comparativa e diacrônica. O folião mascarado de Nuremberg de 1480, por exemplo, é visto por Heers menos pela atualização dos mitos ancestrais germânicos e mais pelas injunções do tempo presente, a enquadrar a festa na sociedade, na vida coletiva e na religião.

No Brasil, uma expressão tardia desse tipo de análise pode ser associada ao trabalho da historiadora Maria Clementina Pereira da Cunha (2001), com o denso *Ecos da folia: uma história social do carnaval entre 1880 e 1920*. A imersão em um período conflituoso que se dilata por cinco décadas na virada do século XIX para o XX faz com que a autora critique tanto os essencialismos nacionalistas quanto a retórica retilínea, unívoca e redentora atribuída ao carnaval.

Tal retórica apresenta a festa foliona num *continuum* evolutivo que vai do bárbaro entrudo português do período colonial à busca de distinção das Grandes Sociedades em princípios do século XX, culminando na grande síntese nacional-popular dos anos 1930. Neste momento, o espaço público, invadido por cordões, blocos e ranchos, desemboca, por sua vez, nas amestradas escolas de samba.

DaMatta é visto como o antípoda, representante da primeira corrente, que observa o fenômeno festivo no Brasil a partir de particularidades essenciais da nação, de um lado, e à luz das narrativas universais do mito e do símbolo, de outro. De modo bem resumido, a diferença fundamental da socióloga em relação ao antropólogo repousa no fato de que o carnaval, para ela, é uma manifestação de reforço, não de inversão, da estrutura e dos valores mais amplos vigentes na sociedade:

O aprofundamento da análise da comemoração carnavalesca em sua realização efetiva denuncia que as estruturas do cotidiano estão sempre presentes, agindo até mesmo, às vezes com mais força do que no período rotineiro... As barreiras sócio-econômicas, a dominação da mulher pelo homem, o prestígio das autoridades, os preconceitos de toda sorte – principalmente o preconceito de cor – permanecem vivos e ativos. Representante das autoridades e das camadas superiores, a polícia está a postos, remetendo os foliões aos seus lugares, impedindo os indivíduos de ultrapassarem os limites impostos pela sociedade global, quando o entusiasmo os leva longe demais.... (QUEIROZ, 1999, p. 194)

Não se pode falar, no entanto, apenas de divergências entre ambos. A maneira pela qual Maria Isaura analisa o circuito de bailes populares do Rio de Janeiro, em princípio dos anos 1980, chega a lembrar certas passagens dos alcances da etnografia de DaMatta, ainda que cheguem a conclusões diferentes.

Com base em uma leitura sistemática e original dos jornais e das revistas da época, Queiroz atém-se aos relatos jornalísticos dos bailes carnavalescos para considerações de ordem mais ampla sobre a lascívia, a luxúria e a afirmação da dominação de gênero e de classe no Brasil de então. A descrição do modo de comportamento folião, bem como da superexposição corporal das mulheres nos salões dos clubes cariocas – corpos nus, seminus ou em trajes mínimos, num cenário fechado, que reproduz o calor de verdadeiras estufas tropicais – é um dos pontos altos do trabalho.

A autora capta o ambiente coletivo de permissividade dos bailes e concentra sua atenção na forma de tratamento dispensada pelos repórteres aos papéis femininos e à conduta masculina, detectando nas narrativas os juízos de valor acerca de um e outro.

Conforme dito no início, a apresentação sumária da fortuna crítica e das principais linhas interpretativas vigentes acerca do carnaval, que se bifurcam nos anos 1980 nas interpretações de DaMatta e Queiroz, visou menos esgotar a bibliografia e mais situar o leitor na proposta de contribuição do presente dossiê à temática em tela.

Vale assinalar que, desde a chamada “década perdida”, se verifica tanto a continuidade quanto a intensificação dos estudos sobre os folguedos carnavalescos no correr das décadas seguintes, com a virada do século XX para o XXI. Uma das características da nova produção é a irradiação das pesquisas para além do polo, outrora hegemônico, do Rio de Janeiro. Causa e consequência da perda dessa hegemonia, outros carnavais têm sido investigados em diversos centros de pós-graduação.

Seria o caso de ilustrar esse dado com o crescimento do número de dissertações e teses realizadas no estado de São Paulo, que se debruçam sobre o crescente carnaval paulistano, cujo modelo, evidentemente importado dos desfiles e das escolas de samba do Rio, começa a apresentar características próprias, bastante instigantes e inesperadas. A título de exemplo, registre-se o fato de que algumas agremiações carnavalescas de São Paulo, que ascenderam em período recente ao grupo principal, têm origem nas torcidas organizadas de futebol. Trata-se de uma especificidade de São Paulo e de um sincretismo organizacional inédito no Brasil.

O Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba *Gaviões da Fiel*, vinculado ao *Sport Club Corinthians Paulista*, é um exemplo. Inicialmente um bloco fundado em 1975, treze anos depois ele se tornou uma escola de samba e, após assensos e descensos, em 1994, sagrou-se campeão do carnaval paulistano. Isso tem levado à ascensão em cadeia de outras escolas originadas do futebol, que passam a ocupar a elite do carnaval paulistano e que transplantam a rivalidade e a popularidade futebolística para o terreno do carnaval. Por um lado, tal fato fortalece o desfile local; por outro, coloca problemas imprevistos aos gestores do carnaval, como a delimitação territorial das arquibancadas, à maneira dos estádios, nos dias de apuração.

A questão se tornou ainda mais candente com a subida do *G.R.C.E.S. Mancha Verde*, que reúne adeptos da Sociedade Esportiva Palmeiras, e com a emergência do *G.R.C.E.S. Dragões da Real*, escola que acaba de galgar o grupo especial e cujos integrantes são originalmente torcedores da segunda mais importante torcida uniformizada do São Paulo Futebol Clube.

O interesse da Academia pelo carnaval paulistano pode ser considerado um efeito da ampliação da visibilidade e da autonomia das escolas de samba em São Paulo. Como exemplo, mencionamos tão-somente um trabalho contemporâneo. A dissertação de mestrado da antropóloga Clara Assunção de Azevedo, intitulada *Fantasia negociadas: políticas do carnaval paulistano na virada do século XX* (2010), tem por cerne a gestão pública dos festejos de início de ano por parte do poder municipal.

A Autora investiga os “enredos de negociação” e os casos concretos de decisão que envolvem o poder público – por meio de uma vivência interna com os funcionários do órgão São Paulo Turismo S/A, empresa de evento da prefeitura responsável pela administração do sambódromo e pela subvenção das escolas – e as ligas representativas dos sambistas.

Uma das questões que perpassa o trabalho de Clara Azevedo é o entendimento dos critérios pelos quais a administração do município confia à pasta de Turismo, em detrimento da Secretaria de Cultura, a organização dos desfiles carnavalescos. A interlocução do governo com as agremiações populares faz-se assim por intermédio do interesse voltado, primordialmente, à recepção aos estrangeiros na cidade.

Mais do que um expediente de ordem burocrática, o privilégio dado à destinação turística do espetáculo carnavalesco é percebido com argúcia pela antropóloga, dentro das estratégias classificatórias da estrutura governamental. Tais estratégias são parte dos processos de legalização, normatização e legitimação de suas políticas públicas junto à sociedade.

Estabelecido esse quadro prévio, pode-se então apresentar as contribuições dos textos selecionados para a presente edição, bem como procurar articular os quatro trabalhos. Convém de início pontuar que os três primeiros textos são da área de Administração, enquanto o quarto é proveniente da Antropologia.

O primeiro artigo versa sobre os fundamentos organizacionais das escolas de samba e põe em xeque a contraposição tradição/modernidade, debate que costuma evocar a aura perdida dos antigos carnavais e a denunciar o “desvio de rumo” ocasionado pelo advento da indústria da folia.

Os artigos subsequentes abordam semelhante discussão à luz de três estudos de caso, que tratam, respectivamente, das capitais pernambucana, baiana e gaúcha. As duas primeiras cidades, Recife e Salvador, são mais bem conhecidas do grande público, pois ocupam lugar focal de visibilidade, junto ao Rio de Janeiro, no imaginário carnavalesco nacional. A terceira cidade, Porto Alegre, é menos difundida em termos carnavalescos e, logo, ainda mais interessante de ser tratada.

Ainda com o intuito de estabelecer semelhanças e diferenças, assinale-se que o primeiro e o quarto textos dedicam-se ao desfile carnavalesco, cujo clímax são as passarelas, ao passo que o segundo e o terceiro são mais abrangentes. Estes últimos se debruçam sobre os agentes e as instituições voltadas para o carnaval de rua, que se espalha em fevereiro por blocos, cordões ou palcos instalados pelas prefeituras nas diversas áreas das capitais de Pernambuco e Bahia.

Vistos isoladamente, o que cada um dos textos traz de contribuição à *carnavalogia*, se se permite o neologismo?

César Tureta e Bruno Félix Von Borell de Araújo, autores do primeiro trabalho, focam um dos objetos clássicos dos estudos carnavalescos, as escolas de samba, mas as veem com o ângulo direcionado para a especificidade dessa “organização aberta” e desse modo associativo fluido no Brasil. Os autores reconhecem a estrutura hierárquico-competitiva do carnaval, bem como a extensão das suas atividades no decurso de um ano inteiro. Conforme já apontavam outros estudiosos, a produção da festa se divide em etapas simultâneas e consecutivas, que vão dos preparativos dos barracões e ateliês aos ensaios das alas na quadra e à simulação aberta na passarela. Destes, vão até o grande dia do desfile na avenida, ocasião em que a “festa competitiva” adquire conotações cênicas, estéticas e até esportivas, passíveis de avaliação por um corpo de jurados.

Na tênue fronteira de trabalho e lazer, os autores apontam ainda a complexidade organizativa das tarefas que abrangem a fabricação dos carros alegóricos, a confecção das fantasias, o trabalho artesanal com as alegorias e os adereços, a definição plástico-visual do carnavalesco, a escolha do tema musical e a composição dos sambas-enredo. Estes, em conjunto, dão coesão e, ao mesmo tempo, emulam internamente os componentes da agremiação.

Ao repisar as definições de cultura popular, César e Bruno traspassam a problemática da tradição/modernidade para o campo da Administração. Neste, supõe-se a existência de uma fissura entre organizações autênticas e inautênticas, que no jargão nativo contrapõem o elo comunitário à escala empresarial.

A mercantilização e a descaracterização do carnaval são relativizadas, de modo a problematizar o contraponto costumeiro entre um passado impoluto e um presente corrompido. A ingerência governamental, a comercialização e a promoção turística do carnaval, segundo o argumento dos autores, com base em fontes bibliográficas, já se faziam presentes na primeira metade do século XX, o que mostra a ausência de novidade em relação ao debate contemporâneo.

No plano específico da administração, César Tureta e Bruno Araújo argumentam que as escolas de samba são práticas organizativas que permitem a coexistência de elementos modernos e tradicionais. Por isto, suas fronteiras estão longe de serem rígidas e mesmo a divisão epistemológica entre um interior e um exterior (dentro/fora) é problemática. Em constante processo de reconstituição, as organizações não existem *a priori*, elas refazem-se a cada ano. Não podem, pois, elidir a ação do ambiente e prescindem de definições dicotômicas, uma vez que são fruto da articulação histórica de união entre interesses grupais distintos, entre camadas sociais diferentes e entre atores políticos díspares.

Os autores criticam a concepção binária das organizações carnavalescas e a definição de Roberto DaMatta acerca das escolas de samba. Estas se orientariam, segundo o antropólogo, por uma “dupla ordem organizatória”, ilustrada pela metáfora do cometa e da sua cauda. Assim, ter-se-ia um centro nucleado por fundadores, criadores e sustentadores morais, que detêm o poder, e um rastro mais pulverizado, composto por simpatizantes, adeptos e clientes, com menor capacidade de influência.

Em detrimento de tal imagem, os autores propugnam as especificidades da prática organizacional e dos modelos de gestão das escolas de samba, produto de uma realidade em que a organização não abole por completo a desorganização. Seu sucesso, ainda não examinado a fundo na tradição dos Estudos Organizacionais, perfaz aquilo que denominam uma “organização sem fronteira”.

O segundo texto do dossiê intitula-se “Muitas festas numa só: a configuração do campo do carnaval do Recife”. De autoria de André Luiz de Souza Leão e Bruno

Fernandes da Silva Gaião, o texto põe em foco o caso recifense. O artigo mira aquilo que supostamente vem a ser um espaço plural e democrático, ancorado no adjetivo oficial que qualifica seu carnaval de “multicultural”. Este, instituído em 2002, é examinado após uma década de existência e reprodução. Seus dividendos econômicos parecem indubitáveis: mais de quinhentos milhões de reais auferidos junto a um milhão de turistas durante a semana dos festejos.

No ano de 2011, um dos autores se lança à observação não-participante do modelo gerencial adotado pela municipalidade da capital pernambucana durante o carnaval. Em paralelo, Souza Leão e Gaião se debruçam sobre os documentos oficiais produzidos pela prefeitura, com vistas a entender a proposta de um carnaval incorporador de diversas tradições, inclusive as que não derivam da própria festa carnavalesca.

No que consiste o “multiculturalismo” carnavalesco à pernambucana? Em breves linhas, os autores identificam-no com o projeto de descentralizar e de pontilhar a cidade de espaços sociais diferenciados e segmentados, tendo em vista o atendimento dos mais variados gostos musicais. Isto contemplaria a necessidade de realizar um carnaval capaz de absorver todas as colorações rítmico-sonoras, expressivas da propalada musicalidade antropofágica brasileira, tais como o frevo, o afoxé, o maracatu, o rock, o rap e o *manguebeat*.

A descrição do carnaval multicultural compreende a identificação de 17 polos instituídos pela prefeitura para a recepção aos foliões durante os dias e as noites festivas nas terras de Capiba e Nelson Ferreira. Nove delas são observadas por Gaião, que focaliza o perímetro central da capital de Pernambuco, de onde, a partir do monumental Galo da Madrugada, se irradia o carnaval recifense.

André Luiz e Brunno veem a organização da festa à luz dos pressupostos teóricos da sociologia de Pierre Bourdieu. Assim, a percepção teórica não é complacente com o que à primeira vista parece ser o ideal inclusivo e nivelador do espírito carnavalesco, tal como compartilhado pelo discurso do Estado e do senso comum.

A espacialização e a fragmentação do carnaval – “colcha de retalhos”, na feliz expressão dos autores – trazem consigo princípios demarcadores de públicos jovens *versus* familiares, de foliões locais *versus* estrangeiros, de estratos econômicos altos e baixos, de polos culturalmente homogêneos *versus* heterogêneos.

A linguagem bourdieusiana – campo, capital, *habitus* – é convocada, assim, para tipificar o público frequentador, consoante as conjunções econômicas e sociais, simbólicas e culturais construídas após uma década de instituição do “carnaval multicultural”.

O terceiro artigo volta-se para o caso emblemático do carnaval baiano, com o título de “A dança dos blocos, empresários, políticos e técnicos: condicionantes da dinâmica de colaboração interorganizacional do carnaval de Salvador”. O mesmo é assinado por um trio: Sandro Cabral, Dale Krane e Fagner Dantas.

Os autores mergulham no galvanizante universo da festa popular soteropolitana, conhecida nacionalmente por extrapolar os dias regulamentares de celebração. Para fazer jus à energia transbordante, à diversidade e à complexidade do megaevento em que se converteu o festejo em Salvador, a receber dois milhões de turistas a cada seis dias do ano, Cabral, Krane e Dantas veem-no através do intrincado aparato organizativo necessário para o seu planejamento e a sua gestão.

Os autores discutem as práticas colaborativas e os fatores intervenientes na dinâmica de colaboração interorganizacional, principal eixo teórico balizador do texto. Debatem, também, como “uma miríade de atores governamentais e não-governamentais” é capaz de estabelecer o consenso para uma finalidade precípua, qual seja, a disposição dos equipamentos urbanos, a coordenação dos recursos humanos e a pletora dos serviços públicos e terceirizados oferecidos durante o carnaval.

Isso só é possível com a estabilização, sempre precária e carente de flexibilidade, de uma série emaranhada de negociações entre as partes, situadas na fronteira entre “governos, agências e outras esferas cívicas”. A conquista da legitimidade para a realização do carnaval tem de lidar, inevitavelmente, com arranjos interorganizacionais, com assimetrias de poder e com uma rede de interesses que se apresentam ora conflitivos ora convergentes.

Antes de tratar propriamente da coalização de interesses público-privados que torna possível a festividade na capital baiana, o artigo traz um oportuno traçado his-

tórico do carnaval na segunda metade do século XX. O aparecimento do trio elétrico de Dodô e Osmar, em 1950, permite uma inflexão que retira o carnaval dos ambientes fechados e aristocratizantes dos clubes, em direção à circularidade eletrizante das ruas e à heterogeneidade da participação popular.

Sem ser infenso às reapropriações de cunho elitista, depois de crescer exponencialmente, de afirmar as raízes africanas e de projetar seus artistas, grupos e gêneros no cenário nacional – de Daniela Mercury a Ivete Sangalo, do Chiclete com Banana ao Olodum, de Netinho a Carlinhos Brown, do samba-*reagge* ao axé-*music*, do *É o Tchan* a Margareth Menezes, do Asa de Águia a Timbalada –, os autores constatarem que o espaço público carnavalesco vai a ser alvo de segmentação e estratificação econômica durante os anos 1980 e 1990.

Isso ocorre mediante a introdução dos camarotes controlados pelas empresas patrocinadoras, notadamente as cervejarias, e com a imposição das cordas e dos abadás – “vestido largo para homens”, segundo o idioma iorubá (DINIZ, 2008, p.177) – nos blocos de trio, nos blocos afro e nos afoxés, como o afamado *Filhos de Gandhy*. As vestimentas e os instrumentos de separação demarcam os foliões com poder aquisitivo daqueles destituídos de recurso financeiro, dando origem ao folião “pipoca”.

Na sequência, o esforço de Cabral, Krane e Dantas concentra-se na avaliação da consolidação de um padrão administrativo do carnaval em Salvador. Durante um quarto de século, entre 1986 e 2011, acompanha-se o processo de institucionalização do carnaval por parte do poder público, em que a espontaneidade pura e simples cede terreno a uma preparação cada vez mais rotineira, com o controle de órgãos reguladores específicos.

Por fim, o cerne argumentativo do texto volta-se para os aspectos técnico-políticos que explicitam os alcances e limites da teoria da dinâmica interorganizacional aplicada à gestão contemporânea do carnaval. Apesar da retórica horizontal nas decisões, os elementos técnicos são centralizados por entidades com maior influência decisória, como a Polícia Militar, cuja presença para o controle da multidão afigura-se imprescindível. Alguns grupos musicais, por meio de seus empresários do setor de entretenimento, avultam igualmente em importância. Na prática, são os produtores de conteúdo que influenciam as decisões do Conselho Municipal do Carnaval, dada a projeção de seus artistas na efetiva atração do turismo para o evento.

Os elementos políticos são identificados pelos autores como decorrência, sempre cambiante, dos alinhamentos e dos desalinhamentos entre os poderes executivos municipal e estadual. Quando alinhadas, estas esferas de poder são capazes de criar um ambiente cooperativo para o sucesso da festa; quando desalinhados, os interesses díspares entre estado e município processam atritos muitas vezes de difícil resolução entre as partes.

A redução da confiança mútua dificulta a sistematização e a operacionalização que, em princípio, se reduzem ao nível tecnocrático-instrumental. A “estrutura de governança colaborativa” sofre, assim, um abalo e tende a criar instabilidades, com tensões na gerência da folia.

O dossiê culmina com o texto de Ulisses Corrêa Duarte, autor de “A cultura carnavalesca em Porto Alegre: o espetáculo, a retórica e a organização da festa”. O fato de se tratar de um estudo de caso sulino, menos conhecido e com menor visibilidade, já é por si só uma boa razão para despertar interesse na leitura.

A contribuição trazida pelo antropólogo vai além do caráter não canônico de sua região de origem. Por um lado, dialoga com o primeiro texto dessa edição temática, ao volver à questão das escolas de samba e à relação dessas organizações com a lógica mercantil. Por outro, aborda um ponto importante: a aclimatação do modelo paradigmático dos desfiles do Rio de Janeiro – denominado pelo autor de “paradigma carioca” – em um carnaval destituído de reconhecimento populacional maior, dir-se-ia sem porosidade social, como sucede com os dois textos anteriores que tratam de festejos autônomos, tais quais os de Recife e Salvador.

Se a reprodução de um modelo sugere a ausência de originalidade, a atenção do autor capta nuances que podem passar despercebidas. Dentre elas, por meio do carnaval, aponte-se o debate acerca da questão racial e da integração do negro na

sociedade rio-grandense, tema de clássicos estudos sociológicos nos anos 1960. Seria o caso de lembrar as pesquisas efetuadas por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, sob orientação de Florestan Fernandes, no sul do Brasil.

Ao imaginário social e regional gaúcho, soma-se, na etnografia de Ulisses, o acompanhamento de escolas de samba do primeiro e do terceiro grupos do carnaval porto-alegrense. Mais precisamente, a União da Vila do Iapi e os Acadêmicos da Orgia. Nessa observação etnográfica, Duarte atentou para os critérios nativos de enunciação da festa, tal como definidos por dirigentes da Associação das Escolas de Samba de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul (AECPARS).

O “arsenal retórico” e as “estratégias discursivas” desses dirigentes são examinados com cuidado pelo autor. Este chama a atenção para a recorrência dos termos “evolução”, “crescimento”, “progresso” e “desenvolvimento”. A semântica da superação e a ânsia por nivelamento aos patamares hegemônicos do Rio são entendidas em função das transformações por que passa o universo sambístico sulino, após a criação, em 2004, de uma estrutura física para a preparação e para a realização dos desfiles. Trata-se do Complexo Cultural do Porto Seco. A construção do sambódromo local estruturou a logística da festa nos moldes projetados pelos desfiles do Rio de Janeiro. A expectativa em torno de chegada a uma era profissional e espetacular traz a promessa de superar a festa estigmatizada socialmente e não reconhecida pela totalidade da população.

O artigo se encerra com as avaliações dos atores e produtores acerca das potencialidades de estruturação da vida carnavalesca rio-grandense, segundo o entendimento de que o carnaval é uma festa que se converte, progressivamente, em produto cultural.

Entender o que significa tal produto e tal progresso requer o auxílio conjugado de três áreas de saber – a Antropologia, a Administração e a Economia – e foi exatamente este o propósito desta edição temática. Em consonância com o argumento de Ulisses Duarte, tais áreas são vistas como indissociáveis à análise da “retórica do espetáculo” e do “negócio carnavalesco”, valorado positivamente por seus próprios agentes.

*

Após essa alongada apresentação, deixemos agora ao leitor a apreciação do conteúdo do presente dossiê. Um agradecimento especial ao editor José Antônio Gomes de Pinho, que acolheu calorosamente a proposta de abrir alas para a entrada de Zé Pereira e Momo em tão insigne revista.

Que a saudação exclamativa de Jorge Amado, na primeira página de seu romance de estreia, publicado em 1931, quando o escritor tinha dezoito anos de idade, volte a ecoar nas próximas folhas: “– Evoé, Carnaval!” (AMADO, 2011, p. 17)

Referências

AMADO, J. *O país do carnaval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AZEVEDO, C. A. *Fantasia negociada: políticas do carnaval paulistano na virada do século XX*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2010.

BLASS, L. M. S. Rompendo fronteiras: a cidade do samba no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p.79-92, 2008.

CAVALCANTI, M. L. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____; GONÇALVES, R. (Org.). *Carnaval em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: Aeroplano; FAPERJ, 2009.

_____. É carnaval! In: SCHWARTZ, L. M.; BOTELHO, A. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 80- 91.

- CUNHA, M. C. P. *Ecoss da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DAMATTA, R. O carnaval como rito de passagem. In: *Ensaio de antropologia estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 121-168 .
- _____. *Universo do carnaval: imagens e reflexões*. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1981.
- _____. O poder mágico da marchinha de carnaval: decifrando 'Mamãe eu quero'. In: *Conta de mentiroso*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 60-84 .
- _____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DINIZ, A. *Almanaque do carnaval*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.
- FAUSTO, B. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GOLDWASSER, M. J. *O palácio do samba: estudo antropológico da escola de samba Estação Primeira de Mangueira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GONÇALVES, J. R.; CAVALCANTI, M. L. Cultura, festas e patrimônios. In: DUARTE, L. F. D. (Org.). *Horizonte das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 259-292 .
- LADURIE, E. Le Roy. *O carnaval de Romans: da candelária à quarta-feira de cinzas – 1579-1580*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MERQUIOR, J. G. *Saudades do carnaval: introdução à crise da cultura*. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- MORAES, E. *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- QUEIROZ, M. I. P. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SANTOS, F. B. P. *Estado, política cultural e manifestações populares: a influência dos governos locais no formato dos carnavais brasileiros*. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, FGV, São Paulo, 2007.
- TUPY, D. *Carnavais de guerra: o nacionalismo no samba*. Rio de Janeiro: ASB Editora, 1985.
- TURETA, C. *Práticas organizativas em escolas de samba: o setor da harmonia na produção do desfile da Vai-Vai*. 2011. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, FGV, São Paulo, 2011.
- VALENÇA, R. *Palavras de purpurina: estudo linguístico do samba-enredo (1972-1992)*. 1993. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 1993.
- VON SIMSON, O. R. M. *Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano (1914-1988)*. São Paulo: Edusp, 2007.
- WISNIK, J. M.; SQUEFF, E. *O nacional e o popular na cultura brasileira: música*. São Paulo: Brasiliense, 2004.